



**ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados, que tenhamos uma semana abençoada, renovada, revigorada. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados, deputadas, público aqui presente no Plenário da Assembleia Legislativa e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *"Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Oitenta e Cinco da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício Reitoria nº 214/2025, do Ministério da Educação – Universidade Federal da Grande Dourados; e-mail Transfere Gov. Br; Ofício nº 73/2025, da Agência Nacional de Aviação Civil; Ofício nº 4.522/2025, da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Gerson Claro, Antonio Vaz, Caravina, Lia Nogueira e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara e Roberto Hashioka. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 73/2025, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 192/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Araci e Silva; requerimento de moção de agradecimento, de autoria do deputado Gerson Claro e transformada pela Casa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor João Mendonça, Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai (Índia); ao Excelentíssimo Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Embaixador do Brasil no Japão; ao Excelentíssimo Senhor Filipe Cunha, diplomata do Brasil no Japão; ao Excelentíssimo Senhor Felipe Pinchemel, diplomata do Brasil em Singapura; e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Caruso, adido agrícola do Brasil em Singapura, extensível ao Excelentíssimo Senhor Mauro Vieira, ministro de estado das Relações Exteriores, pela atuação*



*diplomática e recepção da comitiva integrada pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo secretário de estado, pelo presidente da Assembleia Legislativa e por representantes dos setores industrial e empresarial, durante a missão internacional à Ásia; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao coronel James Magno Morais Silveira, pelos relevantes serviços prestados à frente do Comando de Policiamento de Área 6 (CPA-6), sediado em Coxim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Município de Angélica, em reconhecimento ao notável desempenho alcançado no Indicador Criança Alfabetizada, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao coronel Ozevaldo Santos de Melo, pela assunção ao Comando do CPA-6 (Comando de Policiamento de Área 6), no município de Coxim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao Grupo Jornal Imagem de Comunicação, sediado em Nova Andradina, na pessoa do jornalista Luiz Roberto Mendonça, em razão da comemoração dos cinco anos de existência do jornal Imagem TV; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada à senhora Marlene Figueira da Silva, pelo lançamento do livro "Até o Último Dia... Deixa eu viver do meu jeito! Assim é que sou feliz!", publicado pela Life Editora no ano de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos policiais militares da 3ª Companhia de Aparecida do Taboado, sargento Edson Júnior, cabo Taiany e soldado Florêncio, pelo salvamento da vida de um bebê de quatro meses que havia se engasgado com leite materno no dia 7 de agosto de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à equipe da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do município de Mundo Novo, composta pela assessora especial Enizete Soares Zorzan e pelas servidoras Cleonice Aparecida da Silva, Maria de Lourdes Pereira da Silva e Mariza Márcia Gavilan Favarin. Estende-se também esta homenagem à prefeita do município de Mundo Novo, Rosária de Fátima Ivantes Lucca Andrade, pelo destacado trabalho realizado em defesa das mulheres e no fortalecimento das políticas públicas de igualdade de gênero, que, dentre as suas conquistas, destaca-se a recente instalação da Sala Lilás do município, espaço de acolhimento para mulheres vítimas de violência; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao senhor Gabriel Vasiliauskas Lopes Ribeiro, que assumiu a gerência do Sicoob Fronteiras no município de Ribas do Rio Pardo; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 11 de setembro de 2025, para a realização do Seminário Regional no Estado de Mato Grosso do Sul, destinado à discussão da PEC nº 14, de 2021, que altera o artigo 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 1º de outubro de 2025, para a realização da Sessão Solene de Entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Professor Doutor Cláudio Martins Real, em reconhecimento aos médicos-veterinários do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimentos de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Junior Mochi, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Roberto Hashioka e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco." Foi lida a ata, senhor presidente.*



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 27 de agosto de 2025. Ofício nº 168.0.073.0157/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei para fins de que a sala do Tribunal do Júri da comarca de Maracaju seja nominada; e-mail de Beatriz Bordim Rosa, respondendo à moção de congratulação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 2748/2025); e-mail de Leonardo Schmitt, respondendo à moção de congratulação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 2779/2025); Ofícios nºs 39.394, 39.398, 39.502 e 39.519/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Mara Caseiro, Gleice Jane, Zé Teixeira e Pedro Kemp; Ofício nº 61/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Anastácio, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 2706/2025); Ofício nº 220/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Aquidauana, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 2706/2025). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, eu gostaria de fazer uma convocação aos senhores deputados. Na realidade, não é uma convocação, é um convite, deputado Paulo Duarte, que é o nosso embaixador do atletismo. Informo que o lançamento da nossa 3ª Corrida dos Poderes vai acontecer no dia 28, amanhã, a partir das 16h30, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo. Esse evento contará com a palestra do bicampeão paraolímpico e recordista mundial, Yeltsin Jacques. As inscrições para a corrida começarão no dia 29, às 9h, no site www.corridadospoderes.ms.gov.br, sendo que o primeiro lote será destinado exclusivamente aos servidores. Já o segundo lote será aberto ao público geral, e estará disponível no dia 23 de setembro, também às 9h. A Corrida dos Poderes está marcada para o dia 25 de outubro, com a largada às 17h10, em frente à Assembleia Legislativa. A taxa de inscrição será a doação de um brinquedo, destinado ao programa Caixa Encantada, uma iniciativa do Governo com o apoio da Alems e demais Poderes, para o acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade. As modalidades disponíveis para a corrida serão: prova kids, caminhada de três quilômetros, caminhada de cinco quilômetros e corrida de dez quilômetros. Ao todo, serão oferecidas quatro mil e duzentas vagas para as diferentes categorias. Vale destacar, como lembrou o deputado Paulo Corrêa, que esta edição já passou por Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Costa Rica, com treinos que contaram com a participação de mais de mil e quinhentas pessoas em cada evento. Isso demonstra o envolvimento de todo o Estado de Mato Grosso do Sul com a Corrida dos Poderes. Reforço que amanhã, às 16h30, teremos a palestra do bicampeão paraolímpico, Yeltsin Jacques, e, hoje, nossa primeira-dama, Mônica Riedel, junto com a Kátia, dará entrevista para divulgar a Corrida dos Poderes. Antes de iniciar a Segunda Parte, eu

gostaria, mais uma vez, de comentar sobre a visita que fizemos à Ásia, onde divulgamos as potencialidades de Mato Grosso do Sul. Foi apresentado um vídeo que eu gostaria de exibir aqui na Assembleia, para que todos possam assistir. Esse vídeo foi mostrado em todas as reuniões com as embaixadas, com a Apex, com empresários e com a Lide - Grupo de Líderes Empresariais. Ele foi exibido em todos os encontros dos quais participamos. Hoje, vamos apenas apresentar o vídeo institucional e, posteriormente, deixaremos disponível para os deputados. [Apresentação de vídeo institucional]. Esse vídeo era apresentado no início das reuniões. Depois eu o passo a Vossa Excelência, deputado. Na Segunda Parte do Pequeno Expediente, com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas, e a todos que hoje nos presenteiam com a presença aqui no Plenário. Eu tenho um projeto de resolução que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Albino Coimbra, em reconhecimento aos profissionais da Odontologia no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º – Ficam constituídos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Albino Coimbra, a serem concedidos anualmente a profissionais da Odontologia que se destacaram por sua atuação em prol da saúde bucal e do bem-estar da população sul-mato-grossense. Artigo 2º – A honraria tem por finalidade reconhecer o mérito, o compromisso ético, técnico e científico dos profissionais da Odontologia que contribuem significativamente para o desenvolvimento da saúde pública e o progresso da sociedade no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 3º – A medalha leva o nome de Albino Coimbra, em justa homenagem à sua trajetória exemplar como educador e defensor das causas odontológicas, cuja contribuição foi fundamental para o fortalecimento da Odontologia no estado. Artigo 4º – A escolha dos agraciados será feita mediante indicação de parlamentares, devendo constar justificativa fundamentada que evidencie os méritos do profissional indicado. Artigo 5º – A entrega da honraria ocorrerá em Sessão Solene a ser realizada no mês de outubro, em referência ao Dia do Dentista, comemorado no dia 25 de outubro. Senhor presidente, eu sempre fazia aqui a comemoração do Dia do Dentista no dia 25 de outubro, mas, na prática, os deputados não faziam suas indicações. Nós costumávamos realizar indicações por meio da Associação Brasileira de Odontologia (ABO) ou do Conselho Regional de Odontologia (CRO), sempre atendendo ao pedido para que os deputados também apresentassem e homenageassem os profissionais que desejassem. Por isso, estamos instituindo a Honra ao Mérito Legislativo Albino Coimbra. Além disso, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação ao jovem peão Gustavo Luiz Silva, do município de Inocência, pela impressionante conquista da Tríplice Coroa da Professional Bull Riders Brazil (PBR Brasil), no ano de 2025, consagrada com sua vitória na etapa final do maior rodeio da América Latina, realizado em Barretos, Estado de São Paulo. Após aprovada, a moção de congratulação será redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta suas mais sinceras congratulações ao jovem peão Gustavo Luiz Silva,

do município de Inocência, pela impressionante conquista da Tríplice Coroa da PBR Brasil, em 2025, consagrada com sua vitória na etapa final do maior rodeio da América Latina, realizado em Barretos, São Paulo". Aos dezenove anos, Gustavo Luiz Silva consagrou-se como campeão nacional da PBR (Professional Bull Riders Brazil) e também foi eleito a revelação do ano, além de conquistar a etapa mais importante da temporada em Barretos. Tal feito o coloca em posição de destaque no cenário nacional, nas montarias em touro, sendo o terceiro atleta da história a alcançar a Tríplice Coroa, honrando o nome do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial, da sua cidade de Inocência.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Posso assinar com Vossa Excelência, nobre deputada?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu também.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Com certeza, deputados!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Paulo Corrêa também assina, então, a moção de congratulação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu já havia feito uma moção e gostaria de assinar também.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Junior Mochi e o deputado Caravina também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos fazer pela Casa, porque todos aqui somos admiradores, e alguns já até montaram em bois no passado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom, eu sou uma apaixonada pelo rodeio. Quero, então, parabenizar aqui o jovem peão Gustavo Luiz Silva. Vamos transformar a moção em nome da Casa, senhor presidente. Obrigada! Merecida homenagem. Por último, senhor presidente, solicito uma indicação ao governador do Estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, pedindo a destinação de recursos para a aquisição de um equipamento de Tomografia Computadorizada para o município de Aparecida do Taboado. A presente indicação atende a um pedido da vereadora Amanda Inácio de Lima, da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, faço aqui uma indicação deste Poder ao senhor Cassiano Rojas Maia, prefeito municipal de Três Lagoas,

solicitando melhorias no transporte escolar do distrito de Arapuá. Os moradores do distrito, localizado a quarenta e três quilômetros do centro de Três Lagoas, relataram ao nosso gabinete que os ônibus precisam de manutenção urgente. Além disso, há relatos de interrupção de rotas e atrasos dos ônibus, principalmente devido à situação crítica das estradas que ligam o distrito ao município. Esses problemas contribuem tanto para os atrasos quanto para o desgaste dos veículos que realizam o trajeto. A outra indicação que apresento, senhor presidente, é que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, solicitando a construção de um barracão para reuniões na aldeia Tey Kue, localizada no município de Caarapó. Representantes da aldeia indígena Tey Kue buscaram nosso mandato para solicitar a construção desse barracão, que é extremamente importante para as reuniões, atividades culturais e políticas da comunidade indígena. Esta comunidade é muito organizada e realiza anualmente a Semana dos Povos Indígenas, um fórum de debates onde são definidas as principais reivindicações e demandas comunitárias. Portanto, a construção desse barracão é indispensável para essas atividades da aldeia. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de trazer uma notícia que foi veiculada na imprensa sobre uma jovem de vinte e cinco anos, vítima de importunação sexual na noite da última segunda-feira, na concha acústica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Essa jovem procurou atendimento na Delegacia da Mulher, mas acabou sendo atendida, inicialmente, por um homem. Ela apresentou um vídeo da situação que ocorreu, mas esse policial se recusou a assistir ao material. Em seguida, foi encaminhada a outro homem, que lhe pediu para assinar o Boletim de Ocorrência por meio da sua impressão digital; e em seguida ela foi liberada. As pessoas que atenderam essa mulher afirmaram que não podiam fazer nada. E aí ficamos questionando o protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência. Já tivemos casos gravíssimos de feminicídio nos quais foi constatada falha nesse atendimento. Um exemplo foi de uma mulher atendida na Casa da Mulher Brasileira, que depois voltou para casa e foi assassinada pelo ex-marido. Agora, temos mais um caso que indica que ainda existem falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência. Neste episódio de importunação sexual, essa jovem foi liberada sem que nenhum outro procedimento fosse adotado para apurar a situação. Então, quero fazer esta denúncia porque, de fato, precisamos estar sempre vigilantes para que o protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência seja realmente cumprido e colocado em prática, caso contrário, continuaremos enfrentando situações lamentáveis como essa todos os dias. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.



DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, venho apresentar uma moção de congratulação ao presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, Sérgio Longen, e ao prefeito Rodrigo Basso, do município de Sidrolândia. Tivemos, em Sidrolândia, no sábado, das 8h às 16h, uma Ação Cidadania que atendeu seis mil pessoas. Portanto, quero aqui, de público, enviar essa moção de congratulação ao Sérgio Longen e ao prefeito Rodrigo Basso. Deixo aqui o registro, senhor presidente. Era isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz, mui digno presidente do Republicanos de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando que seja implementado um acesso seguro, um acostamento, na rodovia MS-258 no KM 25, antes de chegar à MS-455, no município de Sidrolândia. Essa proposição foi encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Gilberto Félix Ferreira. Atualmente, a população enfrenta dificuldades consideráveis ao tentar acessar as propriedades rurais, devido à falta de estrutura adequada para realizar o contorno e entrar na estrada que leva às propriedades. A ausência de um acostamento torna a entrada e saída das fazendas um grande desafio, especialmente para veículos maiores, como caminhões agrícolas e tratores. Acreditamos que a inclusão de um acostamento na MS-258 seria uma medida fundamental para melhorar a acessibilidade e a segurança dos moradores e trabalhadores das propriedades rurais nessa região. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas, e a todos os presentes nesta Sessão. Venho apresentar uma moção de congratulação à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, em razão da conquista do título de Cidade Árvore, reconhecendo Campo Grande como uma das cidades mais arborizadas do mundo. O título foi concedido pela Arbor Day Foundation, em parceria com a FAO, pelo sexto ano consecutivo. Esse importante reconhecimento reflete o comprometimento da gestão municipal com o meio ambiente, evidenciado pelas vastas áreas verdes da cidade, avenidas arborizadas e uma vegetação resistente que se mantém viva mesmo diante dos desafios climáticos. Campo Grande é exemplo nacional e internacional de preservação ambiental, graças às políticas públicas eficazes, voltadas à sustentabilidade e gestão florestal urbana responsável. Essa conquista reafirma a importância do planejamento urbano aliado à natureza e demonstra



que é possível crescer de forma sustentável, preservando o que temos de mais valioso: o nosso patrimônio cultural.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, trago uma única indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Irman Ribeiro de Almeida Silva, no município de Nova Andradina. A escola encontra-se em condições inadequadas e comprometidas, demandando uma intervenção urgente em sua estrutura física, a fim de assegurar a segurança da comunidade escolar e oferecer um ambiente digno e propício para um ensino de qualidade. Senhor presidente, estive ontem visitando Nova Andradina para a entrega de emendas parlamentares. Visitamos o Hospital Regional, que está passando por uma grande reforma e está prestes a ser inaugurado. A pedido da comunidade escolar e da classe política do município, visitei também a Escola Irman Ribeiro de Almeida Silva. Embora Nova Andradina tenha sido contemplada com várias reformas e ampliações de escolas importantes, como a Escola Marechal Rondon, que já está em ótimas condições, mas a Escola Irman Ribeiro foi deixada de lado e não recebeu nenhuma reforma até o momento. Trata-se de uma escola importante, com mais de novecentos alunos, e que agora necessita urgentemente de uma intervenção. Durante a visita, fui recebido pela diretora, estive nas salas dos professores e em todos os ambientes da escola, constatando pessoalmente a precariedade da estrutura. O Governo do Estado está planejando investimentos na área da educação para o próximo ano, incluindo reformas escolares. Sabemos que a melhoria da educação é resultado de um conjunto de ações, que incluem, além de um bom salário para os professores — que hoje é o melhor do Brasil —, melhorias contínuas nas condições de trabalho dos administrativos e adequações na estrutura física das escolas. Consideramos que essa escola precisa ser prioridade nesse cronograma. Faço essa indicação atendendo ao pedido da comunidade de Nova Andradina, do prefeito Leandro Fedossi, do vice-prefeito Arion, da Silvia, que é coordenadora regional de Educação, além de outros vereadores que participaram conosco da visita. Já enviei uma mensagem ao secretário Hélio Daher, e tenho plena confiança de que o Governo, com seu planejamento responsável, vai incluir esta escola nas reformas previstas para 2026. Inclusive, já existe um local apropriado, na Faculdade Finan, que pode ser utilizado temporariamente para que as aulas da escola sejam transferidas durante o período da reforma. Com essa solução, a obra poderá ser realizada tranquilamente, sem que as atividades escolares sejam interrompidas. Senhor presidente, era só isso por hoje. Muito obrigado pela atenção.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV e Rádio Alems. Trago aqui hoje, presidente, a apresentação de um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras informar aos consumidores, nos contratos de empréstimos e nas autorizações de débitos automáticos em conta, o direito de solicitar o cancelamento da cobrança. As instituições financeiras, os correspondentes bancários e as sociedades de arrendamento mercantil que atuam no Estado de Mato Grosso do Sul ficam obrigados a informar, de forma clara, destacada e acessível, o direito do consumidor de cancelar a qualquer momento a autorização de débito automático em conta corrente. Esse projeto de lei surgiu de uma proposta encaminhada ao nosso gabinete pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul (Adecon), entidade que tem acompanhado de perto os problemas enfrentados pelos consumidores em suas relações com instituições financeiras. O objetivo é proteger os consumidores, em especial os aposentados, pensionistas e idosos, que frequentemente sofrem com descontos automáticos em suas contas bancárias, decorrentes de empréstimos comuns. Casos noticiados pela imprensa local revelam a gravidade desse problema: aposentados com menos de novecentos reais disponíveis após os descontos automáticos de parcelas bancárias; idosos que chegam a comprometer mais de 57% da renda com empréstimos, restando-lhes viver de doações. Esse cenário tem se agravado em Mato Grosso do Sul, principalmente para aposentados, pensionistas e idosos, que, inicialmente, veem nos empréstimos uma facilidade, mas depois se encontram em uma situação de efeito "bola de neve", sem conseguir honrar seus compromissos e comprometendo quase toda a renda familiar, chegando até a prejudicar o sustento das famílias. Por isso, estamos apresentando esse projeto, como uma forma de tornar mais transparente a relação entre consumidores e instituições financeiras, assegurando que esses correntistas conheçam seus direitos e possam honrar seus compromissos sem prejudicar toda a sua renda familiar. Também apresento hoje, presidente, uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, solicitando a abertura dos cursos de Medicina e Fonoaudiologia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) de Dourados. Estamos reforçando uma indicação que fizemos desde o início deste mandato, para que o curso de Medicina na UEMS se torne uma realidade. Agora, com a ativação do Hospital Regional, que atenderá toda aquela macrorregião, além de Dourados e mais trinta e três municípios, é fundamental que esse hospital se transforme em um hospital-escola, algo de extrema importância. Na mesma indicação, solicitamos a abertura do curso de Fonoaudiologia, cuja demanda de profissionais hoje é muito grande, especialmente com o aumento das atipicidades registradas em diversas áreas da saúde. A UEMS em Dourados é o berço da universidade; foi onde ela teve sua origem. No entanto, ao longo dos anos, sentimos que a UEMS em Dourados foi deixada de lado. Enquanto em Campo Grande, que é uma extensão, há quatro cursos na área da saúde, em Dourados há apenas um, que é o de Enfermagem. É evidente a necessidade de expandir esses cursos.



O governador Eduardo Riedel já adiantou algumas tratativas e vê com bons olhos essa possibilidade. Creio que será um grande avanço para toda a região da Grande Dourados. Também apresento hoje uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, por meio do secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a destinação de recursos para a realização de uma reforma completa na Escola Estadual Professora Cleuza Teodoro, localizada no município de Pedro Gomes. A Escola Estadual Professora Cleuza Teodoro encontra-se em condições precárias de infraestrutura, apresentando rachaduras nas paredes, infiltrações nos tetos e sinais visíveis de deterioração, resultado de mais de duas décadas sem reformas estruturais significativas. Essa realidade tem comprometido o rendimento escolar e o trabalho dos profissionais, professores e demais integrantes da comunidade escolar. Portanto, trata-se de uma reforma necessária, como reivindica a comunidade de Pedro Gomes. Estamos apresentando esta indicação hoje e contamos com a sensibilidade do Governo do Estado, que já possui um plano de reforma e reestruturação de escolas da rede estadual em Mato Grosso do Sul. Por hoje é isso. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Thiago Alves Monteiro, vice-prefeito de Jardim. Obrigado pela presença. Também agradecemos ao senhor Weldison Manoel Ramos, vereador do município de Sonora, presente entre nós. Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente! Primeiramente, apresento uma indicação deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, Maurício Simões Corrêa, bem como ao prefeito do município de Rochedo, senhor Arino Jorge, solicitando, com urgência, que sejam envidados esforços para a finalização das obras de reforma do posto de saúde localizado na comunidade Piraparque, no município de Rochedo. Este pedido visa solucionar os transtornos enfrentados pelos moradores dessa comunidade devido às obras inacabadas no posto de saúde local. Em segundo lugar, apresento uma indicação deste Poder ao coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei/MS), senhor Lindomar Ferreira, solicitando a viabilização do fornecimento de caixas d'água de quinhentos litros para atender às necessidades das famílias da aldeia Jarará, localizada no município de Juti. Essa solicitação foi enviada pela vereadora Andreia Tobias, do Partido dos Trabalhadores daquela cidade. Em terceiro lugar, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação desta Casa ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, com cópia ao diretor executivo da Agraer, Marcos Roberto Carvalho Melo, estendida a todos os servidores da agência, pelos relevantes serviços prestados pela Agraer à agricultura familiar sul-mato-grossense, desde o ano de 2023 até o presente momento. Como exemplo, senhor presidente e senhores deputados, destaco o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar. Em 2022 e 2023, foram assinados cinco mil e quinhentos contratos. Já em 2024 e 2025, o número subiu para sete mil contratos, com valores de duzentos e noventa

e quatro milhões de reais em 2022 e 2023, e quatrocentos e dois milhões em 2024 e 2025. Neste período, senhor presidente — e mostrei isso ontem ao governador —, quando assumimos a Agraer em 2023, existiam três mil, oitocentos e trinta e dois Certificados de Agricultura Familiar (CAFs) ativos. Em 2025, alcançamos vinte e nove mil CAFs ativas. Portanto, é legítimo e justo que se preste este reconhecimento à Agraer, na pessoa do seu diretor-presidente e do diretor executivo, bem como ao corpo de funcionários, pela parceria e pelo trabalho executado junto ao Incra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Senhor presidente, ouvi há pouco a deputada Mara Caseiro falar sobre saúde bucal. Ontem, aproveitando o feriado, gravei algo importante que talvez nem todos aqui saibam: o Governo Federal destinou a seis municípios Unidades Odontológicas Móveis para atender comunidades quilombolas, assentadas e indígenas. Deputado Paulo Corrêa, essas unidades móveis possuem toda a estrutura odontológica, inclusive motores de energia, e têm o valor de dois milhões, duzentos e setenta mil reais, essas seis unidades. Essas unidades foram distribuídas para Antônio João, Aquidauana, Caarapó, Corumbá, Porto Murtinho e Ribas do Rio Pardo. Gravei um vídeo anunciando, como deputado do PT, e já dizendo: "Ai do prefeito que usar essa estrutura para outras finalidades que não sejam as determinadas no contrato!". Quero acompanhar de perto para garantir que essas viaturas sejam efetivamente utilizadas por essas comunidades, que realmente carecem de um tratamento bucal decente. Registro, para concluir, que em dezembro o Governo Federal distribuirá mais quatrocentas ambulâncias ou estruturas móveis para atendimento odontológico, destinadas a atender nossas cidades. Com certeza, outras cidades de Mato Grosso do Sul estarão contempladas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento todos os presentes que nos prestigiam com suas presenças, a imprensa e aqueles que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Alems. Senhor presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar um projeto de lei e uma indicação. O projeto de lei declara de Utilidade Pública da Associação Protetora dos Animais Mundo Vira-Lata, sediada no município de Chapadão do Sul. Artigo 1º — Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Protetora dos Animais Mundo Vira-Lata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Chapadão do Sul, conforme documento anexo. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), solicitando a viabilização de uma lâmina e concha para trator LS de 95 cavalos, para atender a comunidade do assentamento Esperança, no município de Anaurilândia, em atenção ao pedido formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, da Câmara Municipal de Anaurilândia, conforme Requerimento nº 243/2025 anexo. Pela ordem, senhor presidente. Quero apenas registrar: assinamos, em conjunto, a moção de



congratulação ao peão Gustavo Luiz da Silva, que venceu o rodeio; e, aqui, também apresentamos, de forma oral, uma moção de congratulação ao peão Leonardo, de dezenove anos. Senhor presidente, o senhor estava comigo quando ele venceu o rodeio de Sonora e se classificou em Barretos. Como ele tem menos de dezenove anos, está participando de outra categoria. Esta semana, ele se apresenta novamente e, caso se classifique e vença no próximo dia 30, participará do American Team, nos Estados Unidos da América, um rodeio destinado aos jovens com até dezenove anos. Fica aqui registrado nosso reconhecimento e congratulação, já que o rodeio faz parte da nossa tradição e da nossa cultura.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas: De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 3047/2025, 3046/2025, 3045/2025, 3044/2025). De autoria do deputado Coronel David: noventa e seis indicações (Prot. nºs 02928/2025, 2929/2025, 2930/2025, 2934/2025, 2933/2025, 2932/2025, 02937/2025, 2936/2025, 2935/2025, 02931/2025, 2938/2025, 2939/2025, 2940/2025, 2941/2025, 02942/2025, 2943/2025, 2944/2025, 2945/2025, 2946/2025, 2948/2025, 02947/2025, 2953/2025, 02954/2025, 2952/2025, 02950/2025, 2951/2025, 02955/2025, 2956/2025, 2957/2025, 2958/2025, 02959/2025, 02960/2025, 02961/2025, 02962/2025, 02963/2025, 02964/2025, 2965/2025, 02968/2025, 02967/2025, 2966/2025, 02969/2025, 02974/2025, 2973/2025, 02972/2025, 02971/2025, 02970/2025, 02975/2025, 2976/2025, 02977/2025, 03013/2025, 03015/2025, 03028/2025, 3029/2025, 3018/2025, 3017/2025, 03016/2025, 3023/2025, 03024/2025, 3025/2025, 03026/2025, 03027/2025, 03009/2025, 03019/2025, 3020/2025, 3021/2025, 03022/2025, 2988/2025, 2987/2025, 3006/2025, 3007/2025, 03008/2025, 02986/2025, 2982/2025, 02985/2025, 02984/2025, 2983/2025, 3006/2025, 3007/2025, 3008/2025, 02986/2025, 02982/2025, 2985/2025, 2984/2025, 2983/2025, 02981/2025, 02980/2025, 2978/2025, 2979/2025, 03005/2025, 3004/2025, 3003/2025, 03002/2025, 02997/2025, 02998/2025, 2999/2025, 3000/2025). Um projeto de resolução (Prot. nº 2949/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 02991/2025, 02996/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 02925/2025, 3010/2025, 3012/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 3033/2025, 3032/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 03052/2025), uma moção de congratulação (Prot. nº 03053/2025), um projeto de resolução (Prot. nº 03054/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 03041/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3051/2025, 3050/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02924/2025, 02923/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 03043/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 03038/2025, 03039/2025, 3036/2025), uma moção de congratulação (Prot. nº 03037/2025), uma moção de pesar (Prot. nºs 3035/2025, 3034/2025). De autoria do deputado Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 03049/2025, 3048/2025). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Registramos e agradecemos a

presença da senhora Giovana Silvério, vereadora do município de Naviraí. Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, subo aqui nesta tribuna hoje para fazer uma complementação da minha última fala nesta Casa. Contudo, não posso deixar de realizar uma análise de alguns posicionamentos do governador Eduardo Riedel. Imaginava-se, senhor presidente, que havia um alinhamento entre o governador e o ex-governador Reinaldo Azambuja. No entanto, começo a notar, com a recente filiação do governador Eduardo Riedel ao PP, uma certa falta de prestígio ou, no mínimo, de coordenação. Não houve, naquele momento, comunicação, aviso prévio, divulgação nas redes sociais ou demonstração de um movimento coordenado de filiação e migração. O que parecia ser um processo harmônico, divulgado pela mídia, não foi concretizado. Acredito que a ingratidão é sempre uma forma de fraqueza; jamais a encontramos nos homens nobres. E digo isso porque a situação começa a se apresentar estranha em Mato Grosso do Sul. Os números, o marketing de gestor, de CEO, de grande empresário do governador Eduardo Riedel, começam a perder força, descendo ladeira abaixo. E não há tempo para realizar entregas estruturantes e substanciais. Deputado Zeca do PT, o senhor foi governador do estado e sabe que o planejamento e o emprego sério dos recursos públicos são alicerces de políticas públicas eficazes. O tempo urge, e isso fica claro quando analisamos os dados. E digo isso porque se o governo do Estado de Mato Grosso do Sul comprar ou licitar um circo para administrar, até o anão cresce. Os números é que estão testemunhando dessa forma. O governador recebeu um estado com três bilhões de reais em caixa e, agora, entregou uma LDO com previsão de déficit orçamentário de duzentos e sete milhões de reais. Mas, ao aprofundar a análise da dívida do Estado de Mato Grosso do Sul, evidencia-se, no mínimo, um crime de responsabilidade, algo que não consiste em uma pedalada fiscal. Existe um rombo previdenciário não computado de mais de um bilhão de reais, além de dívidas consolidadas que já ultrapassam onze bilhões de reais em déficit calculado da previdência social. E se formos falar da dívida dos depósitos judiciais — algo que chamou a minha atenção, por isso fiz requerimentos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao TCU, à CGU, ao BNDES, e agora vou encaminhar ao BID e ao BIRD —, não é aceitável que o governador esteja negociando outro empréstimo de dois bilhões de reais, especialmente considerando que este Parlamento aprovou o orçamento com a justificativa de que o estado tinha uma condição de "capaguear", sem contabilizar a dívida relativa aos depósitos judiciais e à previdência. Então solicitamos agora que o TCU e o TCE realizem uma inspeção extraordinária para apurar essas situações. Estamos em estado de alerta. Foi publicado um decreto de contingenciamento, mas esse decreto não se aplica aos "amigos do rei". Não estamos falando dos amigos do "Rei"naldo; são os amigos do governador atual. Refiro-me às pessoas que compõem as secretarias, que ganharam aditivos das empresas que antes eram administradas no setor privado e passaram para o setor público. Mas fica a pergunta: como ficam os serviços essenciais? Existem empresários que fornecem comida, e já estão sendo intimados a reduzir em 25% seus contratos e entregas relacionadas a políticas

públicas ou mesmo à qualidade desses serviços. Agora, eu me pergunto: alimentação não é um serviço essencial? Não é uma política pública indispensável? Parece haver algo de muito errado nesse cenário. E, quando analiso essa situação, deputado Zeca do PT, os depósitos judiciais, observo que o Governo do Estado sacou dos cofres do Poder Judiciário — de contas que não pertenciam ao Poder Judiciário, mas sim a terceiros que ingressaram em juízo — o montante de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Esse valor deve começar a ser devolvido em cinco anos após a vigência da lei, com conclusão prevista para dez anos depois. Ou seja, essa devolução deve ser finalizada em setembro de 2030. Fiz cálculos detalhados, uma verdadeira análise pericial, e o resultado é avassalador — trata-se de um abuso, um escracho, um calote anunciado. Veja: houve restituições de duzentos e trinta e cinco milhões de reais de fundos, como o Fundersul, o Detran, e fundos de compensação ao município de Ivinhema, antes da vigência da lei. Isso porque, para completar o fundo que, na época, deveria ter pelo menos 30% do saldo, esse percentual foi alterado para 20%. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF), com trânsito em julgado, decretou como inconstitucionais todas as leis aprovadas nesta Casa que visavam à devolução dos recursos, determinando o retorno dos valores indevidamente utilizados. Assim, cerca de duzentos e trinta e cinco milhões de reais foram devolvidos com base nesse ajuste. Pelas análises da LDO, é possível, sem um esclarecimento adequado, que um acréscimo de cento e setenta e um milhões de reais também tenha sido devolvido, totalizando quatrocentos e sete milhões de reais. Atualizamos este valor pelo índice da TR, acrescido da taxa de juros vigente na lei estadual que regula a devolução, constatamos que esse montante alcançou dois bilhões de reais, em 19 de agosto de 2025, para devolução em setembro de 2030. Essa devolução deveria ter sido iniciada cinco anos após a vigência da lei, mas isso não ocorreu. E por quê? De acordo com os valores analisados, dos quatrocentos e sete milhões de reais mencionados — supondo que os cento e setenta e um milhões integrem integralmente essa devolução —, sequer os juros sobre o um bilhão e quatrocentos milhões de reais retirado foram pagos. Portanto, temos hoje uma dívida de dois bilhões de reais em depósitos judiciais, que precisa ser quitada até setembro de 2030. Para facilitar o entendimento dos senhores, dividi esse valor por anos e meses até a data-limite. Assim, se a taxa Selic não aumentar ainda mais, o estado terá que devolver trinta e cinco milhões, trezentos e setenta mil reais todos os meses ao Tribunal de Justiça, para que a dívida seja integralmente paga até 2030, e que seja reconhecida a capacidade financeira do estado. Agora veja: analisando os maiores aportes feitos pelo Governo do Estado desde 2020, percebo que as alocações orçamentárias anuais sequer chegam a quarenta e quatro milhões de reais. Como será possível destacar trinta e cinco milhões todos os meses para pagar essa dívida? Além disso, quando essa dívida foi reconhecida com trânsito em julgado, a renúncia fiscal do estado era da ordem de cinco bilhões de reais; agora, a projeção subiu para sete bilhões de reais. Ou seja, somente com o que foi renunciado de receita seria possível quitar essa dívida. No entanto, a renúncia fiscal jamais foi devidamente integrada às leis orçamentárias aprovadas por esta Casa. Isso significa que sequer tínhamos conhecimento do valor dessa renúncia, até que conseguimos, por meio de um mandado de

segurança que ganhamos no Tribunal de Justiça, para obrigar o Governo a informar os órgãos de controle sobre o volume real da renúncia de receita do estado. Atualmente, o Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar no ranking nacional de maiores renúncias fiscais, ficando atrás apenas do Amazonas, que, como é sabido, possui a Zona Franca de Manaus. Ou seja, estamos, francamente, em [trecho inaudível]. Segundo lugar: quando analisamos os últimos resultados do ranking de competitividade, o cenário é lastimável e vergonhoso. Estamos entre os piores índices de competitividade, com uma renúncia de quase 40% de tudo que é arrecadado de impostos no Estado de Mato Grosso do Sul. Nosso vídeo anterior, que foi para as redes sociais e não recebeu a atenção da imprensa, alcançou mais de cento e onze mil visualizações, mesmo com a mídia tendo se calado. Nesse vídeo foi destacado que o governo Eduardo Riedel não tem entregas e dificilmente terá. A reação do Governo a esses vídeos foi patrocinar matérias, veiculadas por agências de publicidade, contestando uma ação que requer a exibição desses valores. E essas matérias utilizam termos como "entregas" para contrariar o que foi dito com provas aqui nesta Casa. Exemplos dessas propagandas incluem: "Prefeitura e Governo entregam requalificação da avenida Duque de Caxias" ou "Região do Imbiruçu recebe obras de setenta milhões", destacando que os recursos dessas obras são provenientes da bancada federal e do governo estadual. Outra matéria, publicada no Correio Campo-Grandense, afirma que, "com o apoio do governador Eduardo Riedel, Campo Grande recebeu grandes investimentos em entregas na capital". Agora veja, já que estão falando de repasses do estado, acho importante que esta Casa faça algumas considerações, porque esses repasses não são entregas, mas sim percentuais constitucionais que esta Casa estabelece para essas prefeituras. Temos que analisar onde mais dói, deputado Zeca do PT: na ponta, nas pessoas que dependem da saúde. Não é possível que apenas eu — aqui dentro desta Casa — saiba que o Governo está dando um calote há oito ou dez meses nas prefeituras, acumulando uma dívida de mais de duzentos milhões de reais em repasses. E, dessa forma, também não está entregando saúde a quem mais precisa. Por quê, deputado Zeca do PT? Porque o Governo está praticando um verdadeiro estelionato com relação às suas metas e ao seu programa de governo, que está sendo desmontado. Fala-se em "atração de investimentos bilionários", mas pergunto: foi o governador Eduardo Riedel que foi lá plantar aquelas mudas de eucalipto quando era presidente da Famasul? E entrou no Supremo Tribunal Federal pedindo a inconstitucionalidade do Fundersul, que hoje tem um total desvio de finalidade, moralidade e eficiência. Esse recurso poderia duplicar todas as rodovias do estado, se fosse utilizado na infraestrutura, como deveria. Agora, veja: dinheiro do Fundersul sendo utilizado para pagar dívidas de processos judiciais, para comprar caminhonetes e para pintar meio-fio em cidades... É impossível que esta Casa não vá reagir diante disso!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, ouço Vossa Excelência com muita atenção. Com relação ao assunto dos precatórios, que foi um empréstimo feito ainda no governo passado, não vou entrar no detalhe, pois não tenho os dados para responder. Mas, sobre a saúde, assunto ao qual Vossa Excelência se refere, eu gostaria de dizer que, se ele está dando calote, o calote é triplo, porque a responsabilidade pela saúde é do município, do estado e também da União. Sendo assim, se existe calote na saúde, significa que as três esferas de governo estão dando. O SUS, sem dúvidas, é um grande programa... Quero deixar claro que não estou afirmando que há calote. Vossa Excelência me permite que eu diga que, se existe o calote na saúde, como o orador afirmou, ele é tripartite; envolve município, estado e União. Não estou dizendo que está acontecendo, mas participei de várias reuniões com o secretário doutor Maurício, que tenho como um homem sério, responsável e comprometido. Ele está otimizando os recursos disponíveis e fazendo o possível. Ele entregou o hospital em Três Lagoas, em Ponta Porã e vai entregar o Hospital Regional de Dourados. Todos esses hospitais estão sendo administrados por terceiros, com pagamento pelos serviços efetivamente prestados. Agora, há casos, deputado, em que um município deixa de receber repasses porque, segundo o secretário de Saúde – e não segundo o deputado Zé Teixeira –, esses hospitais municipais não estão entregando os serviços. Como o Governo vai repassar dinheiro para um hospital que não faz absolutamente nada, nem mesmo um único parto? Essa é uma questão que está sendo analisada. Há também um estudo para investir cerca de um bilhão de reais na construção ao lado do Hospital Regional. Com relação a outro tema mencionado por Vossa Excelência, sobre a LDO, prefiro não entrar em detalhes. Esta Casa avalizou o empréstimo lá atrás. Esse empréstimo trata dos depósitos judiciais, mas é importante ressaltar que o dinheiro desses depósitos não pertence nem ao Judiciário, nem ao Governo. Os depósitos são de terceiros, são de quem está discutindo uma questão judicial. Se a pessoa ganhar a ação, ela tem que receber o valor. Se perder, existem outras destinações a serem definidas para esses recursos. Isso está especificado na lei: toda vez que a pessoa ganha no Judiciário, o Governo é obrigado a pagar, porque esse dinheiro, na verdade, não pertence ao Estado. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte e, em seguida, concedo também um aparte ao presidente da Casa, deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Deputado João Henrique, eu resolvi descer aqui para aproveitar esse instante e falar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Muito me honra!

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — É difícil até pensar em fazer qualquer defesa do Governo aqui. Não foi essa minha intenção, mas sinto que houve uma mistura na fala de Vossa Excelência. O deputado Paulo Duarte, que é auditor da receita, contador e ex-prefeito, talvez concorde comigo. Na sua fala, deputado João Henrique, notei uma mistura de termos como receita corrente líquida, arrecadação efetiva, renúncia fiscal,

Capag, dívida, TCU (Tribunal de Contas da União) e TCE (Tribunal de Contas do Estado), entre outros. Confesso que achei meio difícil de compreender.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Posso explicar novamente!

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Eu sou formado em Direito Administrativo, especialista em Gestão Pública, e há trinta anos trabalho com algumas prefeituras. Mesmo assim, fiquei perdido na sua fala sobre orçamento. Por exemplo, quando o senhor fala em um déficit previdenciário de onze bilhões de reais, citando a Selic e hipóteses como "se for assim ou assado", eu vejo um problema na abordagem. Na área de economia e orçamento, deputado, trabalhamos com dados atuais, não com suposições. Quando o senhor menciona o Fundersul e diz que seria possível duplicar todas as rodovias de Mato Grosso do Sul com os recursos dele, penso que não se trata de uma possibilidade real. Hoje, após alterarmos o modelo de arrecadação do Fundersul, que antigamente era vinculado ao ICMS dos combustíveis, estamos falando em setecentos e cinquenta milhões de reais por ano. Somando quatro anos, isso equivale a três bilhões de reais. Pergunto: qual rodovia conseguimos duplicar com três bilhões de reais em Mato Grosso do Sul, para afirmar que daria para duplicar todas? Para efeito de comparação, um bilhão e quinhentos milhões de reais nem seria suficiente para concluir o contorno de Campo Grande; então, falar que com três bilhões seria possível duplicar todas as rodovias do estado é irreal. Sobre as entregas feitas pelo Fundersul, quero convidar o senhor para visitar algumas destas obras conosco. O deputado Zé Teixeira já foi, assim como outros parlamentares. Fomos, por exemplo, entregar a rodovia até a Ponte do Grego e lançar obras em Selvíria e em Aparecida do Taboado. Inauguramos o trecho de Dois Irmãos do Buriti até Nioaque e lançamos obras entre Amambai e Juti, além de Ponta Porã. Deputado João Henrique, se o senhor nos acompanhar nessas visitas, poderá constatar pessoalmente o que foi entregue. Agora, se for "isso ou aquilo", a gente não consegue escrever. O que apresentamos aqui é o que de fato acontece em Mato Grosso do Sul. Atualmente, somos o estado com maior investimento per capita em infraestrutura no Brasil. Esses dados não são meus — são números oficiais, federais. Hoje, Mato Grosso do Sul se destaca em Brasília como um dos três melhores projetos do país entre um total de trezentos. Trata-se do Programa MS Ativo, uma iniciativa lançada pelo ex-governador Reinaldo Azambuja e continuada pelo atual governador Eduardo Riedel. Esse programa não só conquistou um lugar entre os três primeiros como também está na disputa pelo primeiro lugar. Deputado, é fundamental esclarecer que esses recursos não dizem respeito aos repasses constitucionais destinados aos municípios, que são obrigatórios e fazem parte da receita desses entes. Os recursos em questão são fruto de iniciativas do Governo estadual, realizadas em parceria com as prefeituras, vereadores e com o acompanhamento dos deputados desta Casa. Enquanto Vossa Excelência baseia-se muito no "se", esse "se" fica vago, sem comprovações concretas sobre os avanços de Mato Grosso do Sul. O estado tem registrado números expressivos: cresceu 5% e pode alcançar 6% de crescimento este ano. Esse desempenho contrasta fortemente com o Brasil, que, nos últimos vinte anos,

registrou uma média de crescimento inferior a 2%. Esses resultados são reais e estão disponíveis nos números oficiais, acessíveis a todos que queiram verificar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e me sinto honrado com a oportunidade, embora discorde de sua fala. Com muito prazer, esclarecerei as conexões que fiz, começando pelo Tribunal de Contas da União (TCU), já que Vossa Excelência me indaga. Há uma avaliação que mede a capacidade financeira do estado; e Mato Grosso do Sul, anteriormente classificado como "A" no quesito de Capacidade de Pagamento (Capag), enfrentou modificações após a publicação do decreto de contingenciamento do governador, que, paradoxalmente, manteve intocado o orçamento destinado à publicidade e mídias, onde houve um aumento de 25%. Esse mesmo decreto prevê um esforço para rebaixar a classificação da Capag para "B" e, quem sabe, até para a categoria "C". A avaliação de Capag é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em dados enviados, auditados e validados pelo Tribunal de Contas da União. Quando afirmo que oficiei o TCU, deputado, isso se deve ao fato de que a Secretaria do Tesouro Nacional não possui competência para abrir uma inspeção extraordinária, como a que solicitei ao TCU. Meu objetivo é que a dívida seja verificada de forma rigorosa. E, ao mencionar o "se", deputado, destaco que o principal responsável por essa situação é o governador do Estado de Mato Grosso do Sul, que não apresenta os dados à Assembleia Legislativa. Ele engana e negligencia a Casa. Indago, por exemplo, aos nobres deputados: deputado Zeca do PT, Vossa Excelência sabe quanto o Governo pagou dos depósitos judiciais? Deputado Junior Mochi, Vossa Excelência sabe qual foi o montante de renúncias fiscais antes do nosso mandado de segurança e, sobretudo, como essas renúncias foram ampliadas recentemente? Nós sabemos a dimensão da corrupção institucionalizada. Tentam me esmagar nos argumentos, assim como a soja é esmagada na região de Dourados — sabe-se por quem — com incentivos fiscais da ordem de vinte a trinta milhões de reais mensais. Mas a grande verdade é que cabe também ao Tribunal de Contas do Estado, deputado Lia Nogueira, ter acesso a esses números e esses valores. E fico muito impressionado porque esse "se" foi dado ao parlamentar pelo próprio Tribunal de Contas. Tenho um documento oficial do Tribunal de Contas do Estado enquadrado no meu gabinete e, assim, convido todos os parlamentares a irem até lá conhecer o documento. Trata-se da resposta do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que afirma que, para ele, também é um "se", pois nunca lhe foram enviados os dados, apesar das ressalvas feitas pela reprovação das contas do estado. Todos os anos, deputado Zeca do PT, esses dados nunca lhe foram enviados. Veja: a corte de contas auxiliares desta Assembleia...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Concede-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Por favor, para concluir meu raciocínio, deputado Junior Mochi. Será uma honra receber um aparte de Vossa Excelência. No entanto, volto a ressaltar: que vergonha! A corte de contas do estado também se

encontra no âmbito do "se", assim como o Tribunal de Justiça do Estado, que, até 2030 — se julgar todas as ações relacionadas aos depósitos judiciais — vai "dar o cano" em alguém. Estão retirando a soberania do Tribunal de Justiça de julgar as contas. Ele está impedido de julgar as ações porque, se o fizer, não terá como pagar. E ninguém fala desse calote. Esses dados não estão chegando nem para os deputados, nem para o Tribunal de Contas do Estado. Que vergonha! E veja — apenas para concluir minha fala, deputado Junior Mochi —: com relação ao questionamento que me foi feito anteriormente, o custo de duplicação de uma rodovia, por quilômetro, segundo o TCU, varia significativamente. Em regiões planas, pode ser oitocentos mil reais por quilômetro, enquanto em regiões montanhosas ultrapassa um milhão e quinhentos mil reais por quilômetro. Esses números não permitem lidar com suposições. Os setecentos e cinquenta milhões calculados agora são valores previstos para o futuro, com a nova reforma tributária. Mas o cenário passado é o que mente, pois era dito que estávamos saindo de um bilhão e setecentos milhões para um bilhão e seiscentos milhões. Quanto o governador Eduardo Riedel pegou no primeiro, segundo e no seu terceiro ano? Faça a conta: quanto o governador Eduardo Riedel renunciou de incentivo fiscal nos últimos anos? Começando cinco bilhões quinhentos milhões, depois cinco bilhões e oitocentos milhões, e então seis bilhões de reais; e a previsão é de que chegue a sete bilhões. A próxima previsão de renúncia de receita supera sete vezes o Fundersul. Segundo o TCU, deputado Junior Mochi, em quatro anos, a renúncia fiscal de Mato Grosso do Sul seria suficiente para construir quatorze quilômetros de metrô na capital ou cento e vinte quilômetros de VLT na capital. E veja: ninguém é contra incentivo fiscal, mas sou contra esconder quem recebe esses incentivos, porque pode ser que, desses sete bilhões, dois estejam direcionados à corrupção, porque Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça não têm acesso a esses dados. Aguardo com expectativa o julgamento, em 2 de setembro, do meu mandado de segurança, que reconheceu o direito à exibição dos nomes dos sortudos que recebem trinta bilhões a cada quatro anos. Concedo o aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado João Henrique, faço questão de me manifestar aqui por uma questão simples. Eu estava como presidente desta Casa quando o projeto de lei que autorizava o Governo a acessar os depósitos judiciais foi apresentado. Primeiro, quero destacar que, se analisarem o projeto de lei, irão verificar que o presidente do Tribunal de Justiça assinou junto com o governador a proposta enviada para esta Casa. E por quê? Porque outros estados da Federação, com autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, estavam apresentando propostas similares às Assembleias Legislativas para acessar esses recursos. Esse acesso era condicionado a algumas regras claras. Primeiro, era permitido utilizar até 70% do valor depositado. Segundo, esses recursos poderiam ser usados apenas para certas finalidades: o pagamento de dívidas previdenciárias, a rolagem da dívida pública, parcelas mensais que o Governo deve pagar, ou despesas com pessoal. Somente essas áreas delimitadas poderiam ser financiadas. Então, o Governo do Estado acessou o recurso, que é gerido, administrado e fiscalizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Quando a proposta chegou a esta Casa,

ela trazia a previsão clara do número de parcelas em que esses recursos deveriam ser devolvidos. A devolução está sendo feita, de acordo com o que está estabelecido, para os destinos previstos. A fiscalização, a gestão e a administração desse recurso são do próprio Tribunal de Justiça. Caso algo não esteja sendo cumprido, a competência para questionar é do próprio credor, aquele a quem o montante pertence por direito. O Tribunal de Justiça apenas administra esses valores, que são originários de depósitos judiciais. Portanto, o projeto veio para esta Casa com a anuência do Tribunal de Justiça, e esta Casa, obviamente, o aprovou. Foram dois Poderes: um solicitando o recurso e o outro gerindo e fiscalizando o recurso concedido.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Acabou o aparte de Vossa Excelência. Estou com receio de não conseguir concluir meu raciocínio. Se me permite...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agora, quanto à questão dos incentivos, o senhor fala bastante disso, mas devemos lembrar que esses recursos muitas vezes não estão disponíveis diretamente. O incentivo fiscal é concedido justamente para atrair indústrias ao estado. E isso só é possível graças ao Programa MS Empreendedor, iniciado no governo do Zeca do PT, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento. É por causa desses incentivos que temos hoje o funcionamento das indústrias no estado. Obrigado pelo aparte!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concluindo minha fala, quero chamar atenção para a ação direta de inconstitucionalidade que foi julgada, declarando inconstitucionais as Leis Complementares nºs 201/2015, 249/2018, e 267/2019. Foi determinada a devolução dos recursos públicos envolvidos, que agora constituem uma dívida do estado. Essa devolução, senhor presidente, não é questão apenas do Tribunal de Justiça, cabe também a mim, como parlamentar, a tarefa de fiscalizar a devolução desses recursos e garantir a responsabilidade sobre as ações judiciais que permanecem depositadas. Encerrando, quero registrar aqui a postura do meu partido, o Partido Liberal (PL), em Mato Grosso do Sul, que, por razões como as que expus, não pode simplesmente aceitar o governo comandado por Eduardo Riedel, por seu projeto com tanta ineficiência, incompetência e com déficit orçamentário. Esta gestão ficará marcada como uma das piores na história do estado, em termos de entrega de políticas públicas. Tudo o que está sendo feito hoje tem base no que foi plantado por governos anteriores. Não foi Eduardo Riedel quem iniciou os grandes projetos que hoje sustentam o estado. Ele não "plantou" nem eucaliptos, tampouco outros projetos bem-sucedidos que temos. Fico com inveja do Rio Grande do Sul, que possui nomes ao Senado, como Marcel Van Hattem, ou ao governo, como o tenente-coronel Zucco. Em Minas Gerais, temos o Nikolas Ferreira. Em São Paulo,

figuras como o Derrite e o Eduardo Bolsonaro. Que inveja, Mato Grosso do Sul! Trabalharemos incessantemente para mostrar, dentro do nosso partido e do nosso grupo de direita, a importância de se construir um enfrentamento técnico contra esse projeto que, a meu ver, se mostrará falido até 2026. Como já foi dito: se o governo atual comprar ou licitar um circo, é capaz que os anões cresçam. Obrigado, presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu pretendia utilizar o Grande Expediente, mas, considerando que o tempo se esgotou, vou apenas fazer um breve comunicado em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). Estamos sendo bastante procurados pela imprensa e por cidadãos que acompanham esta Sessão. Ontem, o governador Eduardo Riedel chamou nossa bancada estadual e federal para uma conversa a respeito da permanência ou não dos filiados ao PT no governo. O governador nos explicou que, enquanto estava em viagem à Ásia, soube pela imprensa que o PT estaria anunciando sua saída do Governo. O que esclarecemos a ele é que essa decisão se deu, principalmente, devido a declarações públicas tanto do governador Eduardo Riedel quanto do ex-governador Reinaldo Azambuja. Em ambas as ocasiões, eles sinalizaram uma clara opção por construir um projeto político para o próximo ano que não contempla o Partido dos Trabalhadores. Não há espaço para o PT nesse projeto que está sendo desenhado no estado. Nós ressaltamos ao governador que ele próprio reconheceu, durante o período eleitoral, que o PT teve uma participação decisiva no segundo turno, ajudando a derrotar a extrema-direita, à qual, agora, ele sinaliza apoio e possível aliança. Portanto, consideramos essa postura incompatível com a nossa permanência no Governo, tendo em vista que o governador sinalizou uma aliança mais à direita e à extrema-direita no próximo ano. Por isso, estamos entregando todos os cargos que o PT ocupa no Governo — que não são muitos —, cerca de vinte cargos; não passa disso. O governador, então, decidiu que, após uma reunião que realizaremos com os companheiros do partido, ele chamará cada um deles para uma conversa e definirá sobre as exonerações. Caso haja um convite pessoal do governador para que algum companheiro permaneça ocupando uma posição ou cargo, a orientação do partido é que essa pessoa peça afastamento do PT. Assim, se alguém aceitar permanecer no Governo, pedirá o afastamento do partido. O que já está definido — e o governador parece que vai oficializar até sexta-feira — é que não fazemos mais parte da administração estadual nem da base do Governo. Contudo, deixamos claro para o governador que não faremos oposição raivosa ou irresponsável. Tudo que for de interesse do Estado de Mato Grosso do Sul contará com o apoio de nossa bancada. Projetos de interesse da população terão nosso aval. Por outro lado, não abriremos mão de cobrar, criticar, reivindicar ou propor correções naquilo que julgarmos estar errado no Governo estadual. Será uma oposição tranquila e construtiva. Nossa reunião de ontem foi civilizada, tranquila e educada, contudo, agora cada lado tomará seu caminho. Nossa prioridade, enquanto partido, é a reeleição do presidente Lula no próximo ano. Estamos nos



organizando para construir, no estado, uma ampla frente democrática para apoiar a candidatura de Lula. Entendemos que, diante dessa posição, não cabe permanecermos no Governo, que sinaliza um outro caminho para as eleições do próximo ano. Era essa a comunicação que eu queria fazer, presidente. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Convido o senhor segundo-secretário a assumir seu posto. Enquanto isso, passo a palavra, pela ordem, ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, esta sessão é histórica. Devemos gravar bem na memória o momento histórico que esta manhã fria de quarta-feira nos traz. O que parecia uma eleição de "água morna", com um projeto já consolidado, agora se apresenta como algo diferente. Nesta sessão histórica, percebemos que será um belíssimo embate. O bolsonarismo mais autêntico e legítimo terá sua candidatura, como acabou de afirmar aqui um de seus principais líderes, o deputado João Henrique. A direita apresentará, claramente, a candidatura à reeleição do atual governador. Já nós, do centro democrático e progressista, teremos nossa própria candidatura. Será uma eleição em dois turnos, como propõe a bela e boa democracia. Registro aqui, em segundo lugar, senhor presidente, minha gratidão e meu reconhecimento ao governador Eduardo Riedel, que ontem nos recebeu — eu, Pedro Kemp, Gleice, Vander e nosso presidente atual, Vladimir. Foi uma conversa tranquila, republicana, democrática e de entendimento respeitoso, como deve ser. Reitero, portanto, meu reconhecimento ao governador Eduardo Riedel, e friso a importância deste momento histórico de 27 de agosto, antecipando que as eleições do próximo ano trarão um debate rico e necessário para nosso estado. Obrigado, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Rapidinho, senhor presidente! Como mencionou o deputado Zeca do PT, já que estamos diante de uma sessão histórica, temos vários vereadores aqui prestigiando a nossa Sessão. Quero registrar e agradecer a presença da vereadora Flávia e do Eldson, de Sonora; do vereador Ailton, presidente da Câmara de Bodoquena; do vereador Marinho; e também agradecer a presença da vereadora Geovana Silvério, da nossa querida Naviraí. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro, então, em nome da Mesa Diretora, a presença do Airton, presidente da Câmara de Bodoquena; do Mário Roberto, vereador também em Bodoquena; do Vanderson Cardoso, vereador em Chapadão do Sul; e do Eli José Rodrigues, vereador do município de Naviraí. Também quero registrar a presença da Flávia, vereadora de Sonora; do João Carlos Vera, vereador do município de



Nioaque; e, não menos importante, a presença da minha esposa, Kátia Regina, que está aqui no Plenário. Mais uma vez, informo que amanhã, às 16h30, ocorrerá o evento de lançamento da corrida no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 157/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Estabelece que os portadores de fibromialgia sejam reconhecidos como pessoas com deficiência no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à emenda, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Obrigado, senhor presidente. Hoje é uma sessão histórica. Este é também um momento histórico para quem enfrenta este problema. A Assembleia Legislativa dá hoje um passo decisivo em direção à dignidade, à justiça social e à garantia de direitos. Neste ano, o Senado Federal já havia aprovado um projeto que reconhece a fibromialgia como uma forma de deficiência, e a Presidência da República sancionou a Lei nº 15.176/2025, que assegura esse reconhecimento em nível nacional. Agora, com a aprovação desta legislação aqui na Assembleia, agradeço a todos os deputados por esta importante conquista para Mato Grosso do Sul. Ao fazer isto, ampliamos a proteção legal e o direito das pessoas que sofrem com essa condição, promovendo mais cidadania e respeito. Essa vitória ultrapassa o campo político e simboliza a transformação da dor em respeito e da invisibilidade em reconhecimento. Muito obrigado a todos que votaram sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Senhor presidente, quero parabenizar o deputado Lucas de Lima pela sensibilidade de propor este projeto de lei. A

fibromialgia é um problema de saúde que afeta, principalmente, as mulheres, representando cerca de 90% dos casos. Apesar de ser uma condição silenciosa, as dores são terríveis. Recentemente, tive a oportunidade de acompanhar em Dourados o lançamento de uma cartilha sobre o direito ao estacionamento prioritário para pacientes com fibromialgia. Esse projeto de lei, deputado Lucas de Lima, reforça a importância de enxergarmos essas pessoas, que muitas vezes estão invisibilizadas. Sou completamente favorável ao projeto. Parabéns pela sensibilidade e iniciativa, deputado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Quero parabenizar o autor do projeto, deputado Lucas de Lima, pela excelente iniciativa. Este projeto traz um enorme benefício às pessoas que enfrentam essa condição invisível, que afeta tão profundamente o dia a dia daqueles que sofrem de dores intensas. Facilitar a vida dessas pessoas, seja em filas ou outras situações que exigem atenção especial, é uma medida essencial e fundamental. Deputado Lucas de Lima, parabéns pela sensibilidade e por esta importante iniciativa, que terá um impacto significativo.

Projeto de Lei nº 00157/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Projeto aprovado. Como houve emenda, vai à redação final. Item 2. Em discussão e votação nominal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de pedir vista do Item 2.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Projeto de lei de autoria do Poder Executivo, com vista concedida ao deputado João Henrique. Item 3. A deputada Gleice Jane está presente no Plenário virtual. A deputada consta no sistema, mas é necessária a presença física. Projeto retirado de pauta a pedido. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 075/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Dispõe sobre a adoção de protocolos específicos para atendimento de emergência médica direcionados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições sensoriais especiais, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de



Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O projeto é de autoria do deputado Paulo Duarte ou do deputado Neno Razuk?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É do deputado Paulo Duarte, que consta como autor, no sistema. Deputado Paulo Duarte, confirma que o projeto é de sua autoria?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Este projeto é de minha autoria. Por quê?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Confirmado. Perguntei porque houve o questionamento. Em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero apenas para aproveitar o tema do projeto que estamos votando — relacionado ao Transtorno do Espectro Autista — e convidar todos os deputados para participarem da Sessão Solene de hoje, onde será realizada a entrega da Comenda Jô Clemente, destinada às instituições e pessoas que trabalham com deficientes. Lembro ainda que estamos na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, que ocorre de 21 a 28 de agosto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, eu gostaria de registrar um evento importante que ocorrerá amanhã na cidade de Jardim: o Fórum do Colegiado Estadual de Gestores Municipais, com foco nos programas sociais e na responsabilidade do Governo Federal. A presença do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, já está confirmada. Ontem, em nossa conversa com o governador, ele afirmou que acompanhará o ministro no deslocamento entre Campo Grande e Bonito. Eu gostaria de informar que também estarei presente nesse encontro, onde pretendo debater o maior controle dos programas sociais por parte dos movimentos sociais e do Governo Federal, portanto comunico a minha ausência amanhã, devido a essa viagem. Na sexta-feira estarei em Corumbá, participando do lançamento de um programa liderado pela deputada federal Camila Jara, que pretende instalar energia solar em todos os poços artesianos coletivos de assentamentos rurais. Este será um grande evento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.
Projeto de Lei nº 075/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria Inês Giraldelli, vereadora do município de Chapadão do Sul. Obrigado pela presença. Também agradecemos ao José Quintino, vereador do município de Brasilândia. Encerrada a votação. Consulto o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Projeto aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. A deputada Gleice Jane está no Plenário? Retirado de pauta. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quinze indicações e vinte e uma moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Neide Araújo Castilho Teno. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Queria mais uma vez convidar todos os deputados: hoje à noite será realizada a entrega da Comenda Jô Clemente, que vai homenagear todos aqueles que lidam com o Transtorno do Espectro Autista, as Apaes, enfim. Estaremos aqui, junto com o deputado Junior Mochi, para participar desse importante evento. E amanhã, às 16h30, acontecerá a abertura da Corrida dos Poderes, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, com a presença de Yeltsin Jacques.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — E, às 11h, após a Sessão, realizaremos um ato institucional alusivo ao “Agosto Lilás”. Será é a última Sessão do mês de agosto, então faremos esse ato na rampa da Assembleia Legislativa. Eu gostaria de convidar todos os servidores e deputados a participarem. Já entregamos as camisetas alusivas ao tema, e amanhã, estaremos lá para reafirmar nosso compromisso com essa importante campanha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Amanhã, às 11h, na rampa.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Exatamente, na rampa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estaremos lá, deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida.

Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, novamente, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Presidente, posso falar nas Explicações Pessoais?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode falar, deputado. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhores deputados e deputadas, senhoras e senhores, serei breve. Senhor presidente, há poucos dias, mais exatamente na semana passada, vi uma matéria publicada pelo Midiamax dizendo que o prefeito de Dourados, Marçal Filho, havia perdido o prazo com relação a uma emenda federal para investimentos no município. Li a matéria com atenção e, diante disso, fui conversar com o secretário de Saúde de Dourados, o senhor Márcio, para esclarecer a situação, porque o que foi publicado não corresponde à realidade dos fatos. A matéria mencionava uma cobrança por parte do Ministério da Saúde com relação a determinados investimentos. No entanto, o que foi cobrado não foi emenda parlamentar, mas sim recursos de programas municipais do Governo Federal direcionados a investimentos em saúde. Havia, por exemplo, um recurso previsto para a construção de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi), no valor de dois milhões, cento e quarenta mil reais. Outro recurso seria para a construção de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (Caps AD III), para adultos, no valor de dois milhões trezentos e cinquenta e um mil reais. Esse último exigia contrapartida do município, que deveria investir cerca de dois milhões e quinhentos mil reais para a construção, além de arcar com os custos do pessoal que trabalharia na unidade. Também havia recursos previstos para um Centro de Regulação de Urgências, com valor estimado em três milhões, cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais. Vale ressaltar que essa unidade já está pronta e funcionando em Dourados. A imprensa, conforme mencionado pelo deputado Geraldo Rezende, relatou que o Ministério da Saúde cobrou a realização desses investimentos. Entre eles, está a construção e qualificação de uma Unidade Básica de Saúde tipo 4, com um valor total de quatro milhões de reais. Tudo isso, deputada Lia Nogueira, está devidamente cadastrado no Ministério da Saúde, dentro dos programas do Governo Federal. Não se trata de emendas parlamentares. O que ocorre, e que não foi mencionado na reportagem, é que essas inscrições e protocolos foram realizados na gestão anterior, do ex-prefeito Alan Guedes. Contudo, ele não cumpriu os prazos e nem apresentou os projetos necessários. Então, quando o prefeito Marçal Filho assumiu a gestão, foi buscar esses projetos junto à Secretaria de Saúde, mas não encontrou nada pronto. Por isso, solicitou ao Ministério da Saúde uma prorrogação do prazo para que pudesse elaborar e apresentar os projetos. Agora, o prefeito Marçal protocolou os documentos, que estão sob análise da Caixa Econômica Federal e aguardando encaminhamento para reanálise. Existe um compromisso com o Ministério da Saúde de que

tudo será resolvido até o dia 31 de outubro, portanto, tudo está dentro do prazo, como deve ser, até o dia 31 de outubro. O valor de vinte e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e um reais está destinado à construção de uma policlínica, que vai atender à saúde mental infantil, à saúde mental adulta e diversas outras necessidades, funcionando praticamente como uma UPA, com acompanhamento e encaminhamento das pessoas. Essa policlínica contemplará tudo o que estava programado pelo governo passado. Além disso, há uma obra relacionada ao Centro de Regulação Ambulâncias do Samu 192, com valor estimado em quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil e novecentos reais, que também está devidamente protocolada no Ministério da Saúde. Ressalto que isso faz parte de um programa do Governo Federal e não de emendas parlamentares de nenhum deputado, tudo dentro dos trâmites regulares. Portanto, as informações divulgadas pela imprensa, de que o atual prefeito Marçal Filho estaria perdendo um grande investimento na saúde por falta de organização e de projeto, não procedem. Os projetos mencionados foram protocolados pela gestão anterior e, quando o prefeito Marçal Filho assumiu, não encontrou esses projetos na Secretaria Municipal de Saúde. Diante disso, ele encaminhou um pedido de prazo ao Ministério da Saúde. Agora, com o protocolo desta nova UPA, no valor de vinte e dois milhões, que abarcará todas essas demandas, o prefeito decidiu desistir das obras que estavam protocoladas pelo governo anterior, exceto uma que já está pronta. Por isso, quero esclarecer esse ponto e, com prazer, conceder um aparte à Vossa Excelência.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com prazer!

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Deputado, quero apenas parabenizar Vossa Excelência pelos esclarecimentos e pelas explicações apresentadas hoje. Realmente, nós, que somos da bancada de Dourados, temos sido muito questionados sobre essa possível perda de recursos. É importante destacar que o prefeito Marçal Filho está enfrentando um processo de reestruturação de Dourados, e nós, da bancada, estamos ao lado dele nesse esforço pela reconstrução da cidade. Na administração passada, perdemos projetos, verbas federais, e recursos deixaram de chegar à segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul por conta da incompetência e inércia daquela gestão. Agora, o trabalho está sendo feito para colocar a casa em ordem. Aproveito para mencionar, também, sobre as emendas parlamentares. O prefeito Marçal Filho está tentando recuperar alguns desses recursos, e nós, parlamentares, estamos empenhados nessas tratativas, especialmente com o governador Eduardo Riedel. Como exemplo, no ano passado, perdemos cento e cinquenta mil reais para a Funsaúde, devido à situação irregular da instituição junto à Receita Federal. Além disso, havia outras emendas de minha autoria e de Vossa Excelência que ficaram represadas durante anos. Somente agora, com a nova gestão, o prefeito está conseguindo resgatar tais recursos e promovendo as entregas. É fundamental sermos justos ao cobrar responsabilidades e reconhecermos que a culpa cabia, sim, à gestão anterior. O prefeito Marçal Filho e o secretário de Saúde, Márcio, estão unindo esforços para

proporcionar melhorias significativas na saúde de Dourados, atendendo a uma macrorregião. Parabéns, deputado Zé Teixeira, por mais uma vez esclarecer esse tema com tanta responsabilidade.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Incorporo a fala de Vossa Excelência e destaco que, ao recuperar os cento e cinquenta mil reais e investi-los na saúde já terá um grande efeito. O atual secretário Márcio, realmente, possui vasto conhecimento na área da saúde. Ele já foi secretário por oito anos em Dourados, adjunto do ex-secretário Sebastião Nogueira, e também ocupou o cargo de secretário de Saúde do município de Naviraí. Ele trata a saúde pública com a seriedade de quem administra uma empresa, pois o orçamento da saúde é muito limitado. O SUS, que é o melhor programa de saúde do mundo, garante o direito à assistência médica de todos, mas, infelizmente, a realidade é que os valores repassados pelo SUS são insignificantes diante das demandas de alto custo. Quero frisar, ainda, que não houve inércia por parte da atual gestão, tampouco falta de empenho. Contrário ao que a imprensa divulgou, as informações de que houve perda por falta de capacidade não procede, até porque tudo o que foi programado pelo governo passado — quatro obras —, o prefeito Marçal Filho, com a sua inteligência, reuniu tudo em um só projeto, que é a Policlínica. Quero deixar isso registrado. Muito obrigado, senhor presidente. Era apenas isso que eu queria esclarecer, porque, se tem algo na vida com o qual não concordo, é com injustiça e palavras jogadas ao vento, como tenho visto. Da forma como noticiaram, parecia que haviam perdido emendas parlamentares, o que não é verdade. Trata-se de um programa do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, tanto na gestão passada quanto na atual. Vossa Excelência é testemunha de que foram destinados quarenta milhões para asfaltar o jardim Água Boa, e nem sequer fizeram o projeto. Quem está asfaltando agora é o atual prefeito. O projeto que você conhece daquele local é um projeto grande e, até hoje, está lá. E tudo será refeito, inclusive levando em conta os absurdos referentes às questões ambientais. Vossa Excelência mora lá e é testemunha disso. Muito obrigado pelo aparte. Está incorporado à nossa fala. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, quero apenas informar que hoje, às 17h, no Palácio Popular da Cultura, teremos um evento importante, que faz a retrospectiva do Agosto Lilás, com o tema “Por elas: proteção de todos os lados”. O Governo do Estado convida a todos para acompanhar a consolidação desta



rede de proteção às mulheres, unindo forças para colocar em prática as ações de enfrentamento à violência em todo o estado. Este evento é capitaneado pela subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres. Lembrando, senhor presidente, que apenas nesses meses de 2025, vinte e três mulheres perderam suas vidas, infelizmente, vítimas do terrível crime de feminicídio. Apesar dos esforços do Governo Estadual, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Judiciário (com a doutora Jaceguara liderando este projeto) e desta Casa, com seus vinte e quatro deputados empenhados nessa luta, ainda há muito a ser feito para conter esse tipo de crime, que ocorre reiteradamente em nosso estado. Mas não podemos perder as esperanças, por isso, reforço o convite: hoje, às 17h, todos aqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems estão convidados a participar do evento, no Palácio Popular da Cultura. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos, e até amanhã (11h34min).